

‘Confusão regulatória’ atravança ESG, diz presidente da Cosan

28/06/2023

Para o diretor e sócio controlador do Grupo Cosan, **Rubens Ometto Silveira Mello**, há uma confusão regulatória que atravança iniciativas de ESG (*Environmental, Social and Governance*) no Brasil. "São mais de 25 mil regras federais e estaduais relacionadas ao meio ambiente. A confusão regulatória impede a separação do bom e do mau empreendimento, já que a análise é abrangente e demorada", disse durante painel no XI Fórum Jurídico de Lisboa.

Freepik



Freepik Estado precisa viabilizar condições para que empresas adotem ESG, diz Ometto

Segundo o executivo, "não adianta apenas ter capital para tocar um projeto que atenda os critérios de ESG para investir de modo sustentável, é preciso que o Estado permita isso".

Rubens cita que, para se obter todas as licenças necessárias para o empreendimento que segue os conceitos de ESG, pode se esperar de três a cinco anos no Brasil. "É urgente uma codificação para simplificar as regras do meio ambiente. A atenção deve estar focada nas atividades de risco para que se possa fiscalizar efetivamente o que de fato é relevante. Rigor e restrições são necessários para que o meio ambiente seja preservado, mas o Estado precisa agir."

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), **Vinicius de Carvalho**, afirma que o diálogo entre empresas privadas e o poder público não se pode dar nos mesmos termos que guiaram o passado. "O Estado é outro e as empresas são outras. Várias coisas aconteceram nas últimas décadas que demandam uma reinvenção da forma como o Estado impulsiona as empresas a realizarem objetivos públicos." Para o ministro, a forma como as empresas lidam com demandas públicas demanda uma forma diferente de atuação, já que tudo se mistura com a agenda de governança.

O ministro afirmou que, desde a criação da lei anticorrupção, a CGU passou a trabalhar a questão da integridade privada com diversas formas: o programa Pró-Ética, os acordos de leniência celebrados pelo órgão e a lei de licitações. No entanto, ele destaca que uma nova abordagem tem surgido: a integridade digital.

Ele lembra que cada setor da economia adapta os seus programas de integridade para o segmento em que trabalha. "Essa regulamentação aparece a partir de deveres de implementar mecanismos e processos para inibir e evitar resultados danosos e mitigar os efeitos de conteúdos danosos. Isso se faz por meio de três caminhos: o de dever de cuidado — a prevenção à utilização abusiva dos serviços —; do controle de risco sistêmico; e o da transparência."

Diretora jurídica do Banco do Brasil, **Lucinéia Possar**, destacou ações da instituição em relação à prática da ESG. Nos últimos 12 meses, o banco operou mais de R\$ 328 bilhões em crédito sustentáveis, crescimento de cerca de 14%. "Temos um país dotado das mais modernas regras sobre responsabilidade socioambiental. Esse montante foi contratado em linhas de crédito com grande enfoque ambiental e social ou para financiar atividades que tragam impactos socioambientais positivos. O banco entrou no mercado de carbono, e desde 2022, tem reforçado a atuação no mercado voluntário de carbono."



O painel "Integridade, diversidade e governança ESG setor privado como instrumento de políticas públicas" foi mediado pelo desembargador federal **Newton Pereira Ramos Neto**, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

O evento

Esta edição do Fórum Jurídico de Lisboa tem como mote principal "Governança e Constitucionalismo Digital". O evento é organizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ICJP) e pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento (CIAPJ/FGV)

Ao longo de três dias, a programação conta com 12 painéis e 22 mesas de discussão sobre temas da maior relevância para os estudos atuais do Direito — entre eles debates sobre mudanças climáticas, desafios da inteligência artificial, eficácia da recuperação judicial no Brasil e meios alternativos de resolução de conflitos.

Confira [aqui](#) a programação completa

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jun-28/confusao-regulatoria-atravanca-esg-presidente-cosan/>